



Número: **0600519-96.2020.6.16.0186**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **18/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600519-96.2020.6.16.0186**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Omissão de Informações Obrigatórias, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Aplicativo de Mensagem Instantânea**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600519-96.2020.6.16.0186 que julgou-se improcedente o pedido contido na petição inicial. (Representação Eleitoral com pedido de liminar ajuizada pela Coligação Para Seguir em Frente em face de Helder Luiz Lazarotto e Alcione Luiz Giaretton, com fulcro no art. 28 da Res. 23.610, bem como da Lei nº 9.504/1997, art. 57-B, § 5º, vez que os Representados realizaram propaganda irregular, já que o fizeram em redes sociais não informadas à Justiça Eleitoral. Trechos das publicações: "Helder confirma 1º lugar Pesquisa registrada no Tribunal Superior Eleitoral"; "Mega carreato da vitória com o governador Ratinho Junior próximo domingo dia 08/11"; "Muda Colombo, as pessoas em primeiro lugar, chegou a hora e a nossa vez de mudar"; "Ontem eu estava confiante, hoje acordei 55 vezes mais").**
RE3

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARA SEGUIR EM FRENTE 25-DEM / 11-PP / 22-PL / 18-REDE / 14-PTB / 36-PTC / 12-PDT (RECORRENTE)		VIVIANE COELHO DE SELLOS KNOERR (ADVOGADO) LEONIDAS FERREIRA CHAVES FILHO (ADVOGADO) FERNANDO GUSTAVO KNOERR (ADVOGADO)	
HELDER LUIZ LAZAROTTO (RECORRIDO)		MARIA LUCIA BARREIROS (ADVOGADO)	
ALCIONE LUIZ GIARETTON (RECORRIDO)		MARIA LUCIA BARREIROS (ADVOGADO)	
MUDA COLOMBO 10-REPUBLICANOS / 17-PSL / 20-PSC / 43-PV / 55-PSD (RECORRIDO)		MARIA LUCIA BARREIROS (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29535316	25/03/2021 22:42	Decisão	Decisão

Autos de RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600519-96.2020.6.16.0186
RECORRENTE: PARA SEGUIR EM FRENTE 25-DEM / 11-PP / 22-PL / 18-REDE / 14-PTB / 36-PTC
/ 1 2 - P D T
Advogados do(a) RECORRENTE: VIVIANE COELHO DE SELLOS KNOERR - PR0063587,
LEONIDAS FERREIRA CHAVES FILHO - PR0034676, FERNANDO GUSTAVO KNOERR -
P R 0 0 2 1 2 4 2
RECORRIDO: HELDER LUIZ LAZAROTTO, ALCIONE LUIZ GIARETTON, MUDA COLOMBO
10-REPUBLICANOS / 17-PSL / 20-PSC / 43-PV / 55-PSD
Advogado do(a) RECORRIDO: MARIA LUCIA BARREIROS - PR103550
Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se na origem de representação ajuizada pela Coligação “Para Seguir em Frente”, em face de Helder Luiz Lazarotto e Alcione Luiz Giaretton, sob a alegação de veiculação de propaganda eleitoral em rede social sem a comunicação prévia dos respectivos endereços eletrônicos.

Por sentença (id. 23081366), o juízo *a quo* julgou improcedente a representação, sob o fundamento de que houve a efetiva comunicação das redes sociais dos representados.

Irresignado, o representante recorreu (id. 23081566), aduzindo, em síntese, que não houve a comunicação das redes sociais corretas, razão pela qual requer a reforma da sentença.

Contrarrazões pelo não provimento (id. 23081866).

Nesta instância, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo não conhecimento (id. 24028816).

É o relatório. Decido.

Sustenta a Procuradoria Regional Eleitoral que o recurso seria intempestivo, uma vez que o recorrente foi intimado em 04/12/2020 e o recursos foi interposto em 07/12/2020.

A respeito da contagem de prazo na justiça eleitoral José Jairo Gomes faz importante apontamento:

Porque a propaganda eleitoral só pode ocorrer no período eleitoral, forte é a influência do princípio da celeridade nas representações que a ela se referem. A demora na prestação jurisdicional pode resultar no prolongamento de condutas ilícitas em prejuízo da campanha por elas afetada. **Por isso, os prazos são contínuos e peremptórios, correndo nos finais de semana e feriados, no período compreendido entre o pedido de registro e a data-limite designada no calendário eleitoral para a diplomação dos eleitos.** [Direito Eleitoral, 2020]



Nesse sentido, o art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19 dispõe que o prazo para a interposição de recurso eleitoral nas eleições municipais é de 01 (um) dia, vejamos:

Art. 22. Contra sentença proferida por juiz eleitoral nas eleições municipais é cabível recurso, nos autos da representação, no PJe, no prazo de 1 (um) dia, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões em igual prazo, a contar da sua intimação para tal finalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 96, § 8º).

Cumpra salientar que a contagem de prazo não observa o disposto no art. 219 do CPC, tendo em vista que, durante o período definido no calendário eleitoral, os prazos “relativos a representações, reclamações e pedidos de direito de resposta são contínuos e peremptórios e não se suspendem aos sábados, domingos e feriados, entre 26 de setembro de 2020 e as datas fixadas no calendário eleitoral”. [art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020]

Assim, percebe-se que houve a publicação no Mural Eletrônico nº 75306/2020 em 04/12/2020 (sexta-feira) e interposição do recurso em 07/12/2020 (segunda-feira - id. 23081566), isto é, fora do prazo legal, que expirou em 05/12/2020.

Dessa forma, observa-se que o recorrente não se atentou ao prazo legal e interpôs o recurso de maneira intempestiva, uma vez que o período eleitoral perdurou até a diplomação dos eleitos em 18/12/2020 (art. 1º, inciso V, da EC 107/2020).

Ante ao exposto, NÃO CONHEÇO do recurso em razão da evidente intempestividade, com fulcro no art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19, art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020, e na forma do artigo 31, inciso II, do regimento interno deste Tribunal.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

